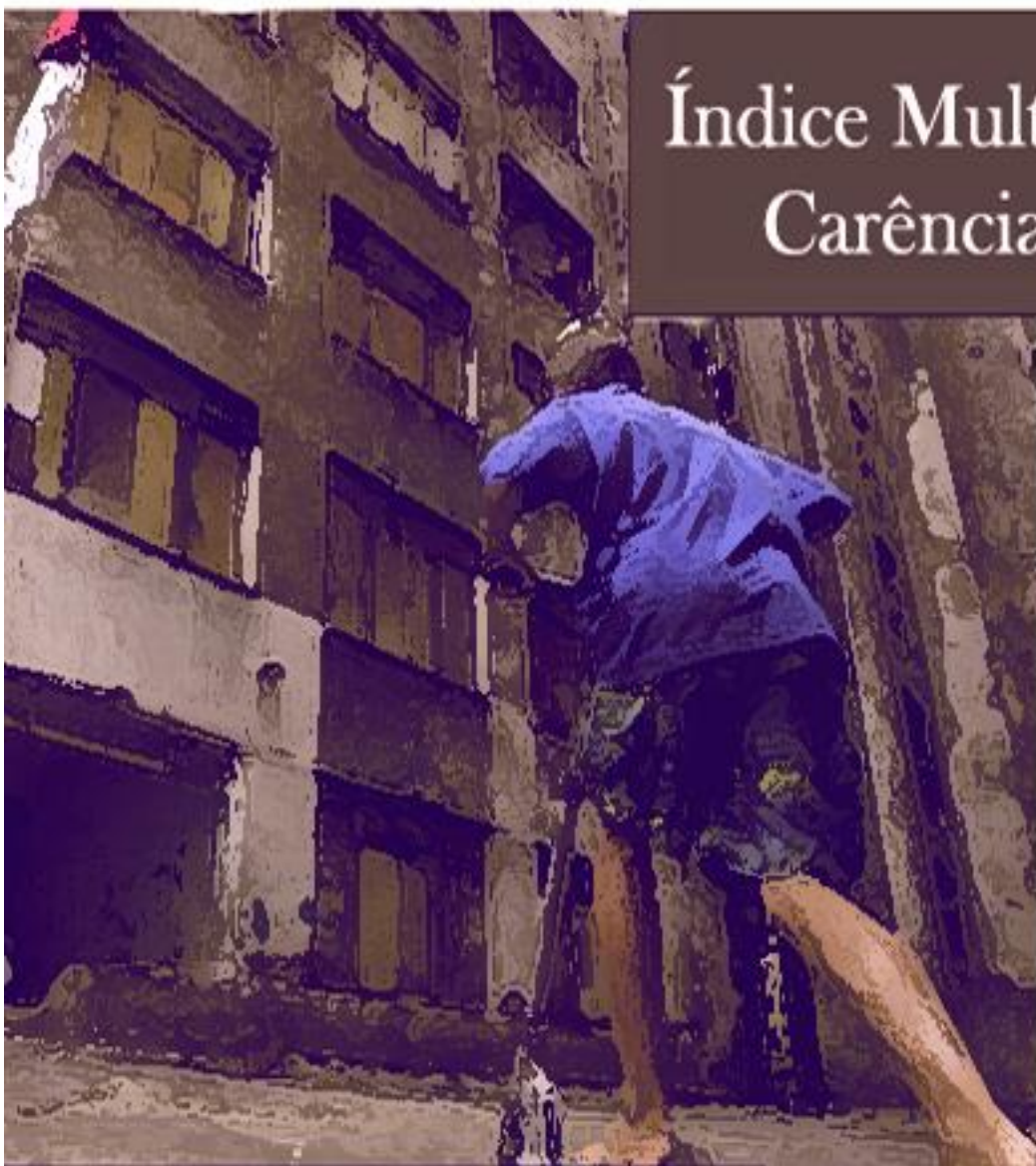


# Índice Multidimensional de Carência das Famílias



**ESTUDOS DO IMB**

Setembro - 2019



**ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA**

**IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS  
E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

**ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DA CARÊNCIA DAS  
FAMÍLIAS (IMCF)**

**Cláudio André Gondim Nogueira**<sup>1</sup>

**Evelyn de Castro Cruvinel**<sup>2</sup>

**Alex Felipe Rodrigues Lima**<sup>3</sup>

Supervisão:  
**Marcelo Reis Garcia**<sup>4</sup>

Colaboração:  
**Jalda Claudino**<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Diretor-Executivo do IMB / Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza e Mestre em Economia pela *Pennsylvania State University* e pela Universidade Federal do Ceará

<sup>2</sup> Gerente Assessoramento Estratégico do IMB / Pesquisadora em Estatística do IMB / Mestre em Estatística pela Universidade de Brasília

<sup>3</sup> Pesquisador em Estatística do IMB / Atualmente atuando como Assessor da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia / Mestre em Estatística pela Universidade de Brasília

<sup>4</sup> Gabinete de Políticas Sociais

<sup>5</sup> Assistente de Gestão Administrativa/ Administradora pela Faculdade Padrão

## **GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**

Ronaldo Ramos Caiado

## **SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA**

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

## **IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

Cláudio André Gondim Nogueira



Unidade da Secretaria de Estado da Economia de Goiás, o IMB é o órgão responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

### **Gerência de Assessoramento Estratégico**

Evelyn de Castro Cruvinel

### **Gerência de Dados e Estatísticas**

Bernard Silva de Oliveira

### **Gerência de Estudos Macroeconômicos**

Anderson Mutter Teixeira

### **Gerência de Estudos Socioeconômicos e de Avaliação de Políticas Públicas**

**ECONOMIA**  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



IMB - Instituto Mauro Borges  
Avenida Vereador José Monteiro, nº 2.233, Mezanino (em frente ao Bloco G)  
Setor Nova Vila – Goiânia/GO - CEP: 74.653-900  
Telefone: (62) 3269-2780/2777  
Internet: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br), [www.economia.go.gov.br](http://www.economia.go.gov.br)  
e-mail: [imb@goias.gov.br](mailto:imb@goias.gov.br)

## **Sumário**

1. Introdução .....	5
2. Base de dados.....	6
3. Metodologia .....	7
4. Resultados do Índice Multidimensional de Carência das Famílias.....	9
5. Considerações finais.....	21
ANEXO: IMCF dos municípios Goianos – Dez./2018.....	23



## 1. Introdução

O mundo tem sido marcado por uma série de transformações rápidas e profundas em várias áreas e, assim, os problemas econômicos, sociais e ambientais têm, em geral, se tornado cada vez mais complexos. Adicionalmente, os cidadãos possuem maior consciência de seus direitos e passam a cobrar por melhores políticas públicas. Assim, os governos são pressionados a oferecer bens e serviços que transformem positivamente e consistentemente a qualidade de vida da população. Isso não é trivial, pois, envolve a adoção de uma visão sistêmica, de médio e longo prazo, dos problemas socioeconômicos. Abrange, também, um olhar diferente para as pessoas e suas necessidades, evitando soluções genéricas.

Portanto, é nesse contexto geral, em que Goiás faz parte, que surge a proposta do Índice Multidimensional da Carência das Famílias Goianas (IMCF), em que se procura definir quais são os domicílios do estado que apresentam as maiores vulnerabilidades, para que assim sejam buscadas soluções específicas, integradas e focadas para os seus problemas mais imediatos.

É importante salientar que essa proposta surgiu no âmbito do Gabinete de Política Sociais (GPS), estrutura criada conforme o Decreto Nº 9.456, de 25 de junho de 2019 pelo Governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado. Assim, como uma proposta inicial do referido Gabinete, que tem a Primeira-Dama Gracinha Caiado como um de seus idealizadores e como coordenadora, o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) foi convidado a efetuar o cálculo do IMCF para os 246 municípios goianos.

Vale mencionar ainda que o IMCF tem como inspiração o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), apresentado no “Relatório Final da Comissão de Estudos da Legislação Social Brasileira”<sup>6</sup>, proposto por Alkire e Foster (2009<sup>7</sup> e 2011<sup>8</sup>) e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir de parceria com a Universidade de Oxford.

Contudo, o objetivo primordial do IMCF não é o de mensurar *per se* a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, mas sim identificar quais são as principais carências dos domicílios goianos, para assim poder direcionar as políticas públicas que visam transformar as condições de vida da população mais carente do estado. Vale salientar que o termo carência é entendido aqui como a necessidade de alguma coisa básica; uma falta, uma privação, como a carência de alimentação, por exemplo. Pode, representar adicionalmente uma necessidade emocional e/ou afetiva<sup>9</sup>. Assim, diante dessa visão mais abrangente, parte-se do princípio de as carências não são referentes apenas à privação de renda necessária para a manutenção de um padrão minimamente satisfatório de consumo de bens e serviços.

Assim, o principal objetivo deste estudo é apresentar a metodologia e os resultados iniciais do IMCF (referentes a dez./2018), com base nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para servir de linha de base para a atuação governamental (em várias esferas) e para a implementação mais orientada a resultados de suas políticas públicas.

---

<sup>6</sup> BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE ESTUDOS DA LEGISLAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA. **Relatório final da Comissão de Estudos da Legislação Social Brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 64 p.

<sup>7</sup> ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and multidimensional poverty measurement**. Oxford: Univ. Oxford, OPHI, 2009. 44 p. (OPHI Working Paper; n. 32). Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>

<sup>8</sup> ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement**. Oxford: Univ. Oxford, OPHI, 2011. (OPHI Working Paper n. 43). Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp43.pdf>

<sup>9</sup> De acordo com <https://www.dicio.com.br/carencia/>

Além desta breve introdução, este estudo conta com seções que tratam especificamente da apresentação da base de dados utilizada, da metodologia empregada para o cálculo do IMCF, e da apresentação de seus resultados iniciais. Finalmente, são apresentadas algumas considerações adicionais que podem auxiliar no entendimento de como o referido índice pode auxiliar no desenho e na implementação de políticas públicas customizadas, integradas e mais focadas. Ressaltam-se, também, os aspectos inovadores referentes à proposta do índice. Adicionalmente, em anexo, apresentam-se os valores do IMCF para todos os municípios goianos em dez./2018.

## 2. Base de dados

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo conhecer melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas as características da residência assim como informações de cada pessoa da família, tais como, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras<sup>10</sup>. Trata-se de uma fonte abundante de dados, que é constantemente utilizada em estudos realizados no IMB, como é o caso da mensuração do Déficit Habitacional dos municípios goianos e do Perfil dos inscritos no CadÚnico em Goiás.

Destaca-se que o Cadastro Único surgiu da necessidade de uma base de dados confiável para concessão de benefícios de programas sociais do Governo Federal. A partir de 2003, tornou-se o principal instrumento do estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros.

Nessa base são cadastradas famílias que tenham renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários mínimos. Não obstante, famílias com renda superior a meio salário mínimo *per capita* poderão ser incluídas no cadastro, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais da União, estados ou municípios.

Outro benefício do CadÚnico é a parceria mantida pelos três entes federativos para a manutenção do cadastro. Conforme o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, a execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre a esfera federal, estadual, municipal, além do Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o órgão responsável e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O papel da esfera estadual se dá no apoio técnico aos municípios na gestão do Cadastro Único. A gestão municipal, inclusive do Distrito Federal, identifica as famílias de baixa renda, realiza seu cadastramento, registra os dados na base nacional do Cadastro Único, mantém as informações atualizadas e analisa possíveis inconsistências<sup>11</sup>.

Um das limitações da base de dados é a possibilidade de famílias de baixa renda ainda não estarem cadastradas, seja pela falta de documentação, seja por questões como a dificuldade de acesso aos centros de cadastros, ou ainda por deixarem alguns campos do cadastro sem preencher.

---

<sup>10</sup> As informações foram retiradas do site da Secretária Especial de Desenvolvimento Social, disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>

<sup>11</sup> Para maiores informações acesse:

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa\\_familia/instrucoes\\_operacionais/2017/Instrucao\\_Operacional\\_86\\_2017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2017/Instrucao_Operacional_86_2017.pdf)

### 3. Metodologia

Como foi mencionado antes, o Índice Multidimensional de Carência das Famílias Goianas (IMCF) segue a metodologia adotada pelo Relatório Final da Comissão de Estudos da Legislação Social Brasileira, que foi inspirada no Índice de Pobreza Multidimensional Global (IPM-Global<sup>12</sup>) de Alkire e Foster (2009 e 2011). Esse indicador é composto por 11 componentes, mediante processo de consulta com especialistas nas três dimensões, tendo em perspectiva a necessidade de serem internacionalmente comparáveis e conciliados com os dados disponíveis.

Assim, dada a dificuldade de mensuração das carências das famílias em anos entre censos em nível municipal, o IMCF foi proposto com o intuito de diagnosticar os domicílios carentes do estado de Goiás, numa tentativa inédita no país. Para a construção desse índice foram selecionadas três dimensões, moradia, educação e renda, que são representadas por seus indicadores apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Dimensões, indicadores e pesos do IMCF

Dimensão	Indicadores	Descrição	Peso
Moradia	Espécie do domicílio	Improvizado	0,50
	Coabitação (domicílio coletivo)	Coletivo	0,50
	Água canalizada	Sem	0,50
	Existência de sanitário	Sem	0,50
	Energia elétrica	Sem	0,50
	Revestimento do piso	Terra	0,25
	Destino do lixo	Sem	0,25
Educação	Analfabetismo	Sim, e se Idade > 18 anos	1,00
	Frequenta escola	Não, e se Idade entre 7 e 17	2,00
Renda	Renda informal	Não formal	1,50
	Programa Bolsa Família (PBF)	Sim	1,50

Fonte: IPM / PNUD / Sistema ONU.

Como é possível verificar no Quadro 1, na composição do índice, cada dimensão representa três pontos, distribuídos entre seus indicadores, totalizando nove pontos.

A dimensão moradia busca compreender a condição do domicílio familiar e quais são as privações que essa família está exposta. Desta forma, essa dimensão é composta por sete indicadores: espécie de domicílio (se domicílio é improvisado), coabitação (se o domicílio é ocupado por mais de uma família), água canalizada (se domicílio não dispõe de água encanada), existência de sanitário (se o domicílio não possui sanitário), energia elétrica (se o domicílio familiar não dispõe de rede elétrica), revestimento do piso (se o domicílio possui piso de terra) e destino do lixo (se o domicílio não possui coleta de lixo).

Considerando que a escolaridade está relacionada com o acesso a melhores ocupações no mercado de trabalho, a dimensão educação é representada por dois indicadores: analfabetismo (se algum membro da família maior de 18 anos não sabe ler e escrever) e frequenta escola (se na família há alguma criança de 7 a 17 anos sem frequentar a escola).

<sup>12</sup> Construído a partir de dados censitários uniformizados, para fins de comparabilidade entre os países, esse índice identifica individualmente as pessoas em estado de privação e aquelas que não estão nessa condição para, posteriormente, proceder à agregação dos dados.

A renda, ou ausência dela, também é importante na concepção de carência multidimensional. Em vista disso, a componente renda é composta por: renda informal (se algum membro da família recebe rendimento de trabalho informal) e se a família é beneficiária do Programa Bolsa Família.

Assim, o IMCF é calculado da seguinte forma para um domicílio específico:

$$IMCF_j = \frac{\sum_i X_{i,j} \cdot w_i}{\sum_i w_i}$$

onde:

IMCF<sub>j</sub> = IMCF do domicílio “j”;

X<sub>i,j</sub> = Valor do indicador “i” do domicílio “j”; e

w<sub>i</sub> = Peso do Indicador “i” (conforme o Quadro 1).

É importante salientar que o valor de cada “X” poderá ser igual a um se o domicílio apresentar aquela carência específica ou zero em caso contrário. Assim, de acordo com a fórmula acima, o próprio índice de um domicílio poderá assumir valores entre zero e um, sendo que um representa um domicílio com carência máxima e zero a ausência de carências (conforme os indicadores selecionados). Vale ressaltar que para o cálculo do IMCF não foram levadas em consideração as dimensões “faltantes”, pois é necessário que seja realizada uma busca ativa dos agentes municipais nas famílias cadastradas. Assim, seria necessário procurar por cada família para que as pessoas informem as suas necessidades e privações relacionadas a essa dimensão<sup>13</sup>.

É, também, importante salientar que na construção dos indicadores não foram considerados os campos sem respostas, ou seja, os chamados *missings*. Por exemplo, no cálculo do indicador água canalizada, foram contabilizados os domicílios que responderam que não havia água canalizada no domicílio. Por isso, os casos em que não houve resposta não foram contabilizados.

Adicionalmente, com interesse de garantir a transparência da informação e facilitar o planejamento de políticas públicas voltadas para as famílias, foi sistematizado por meio do IMCF cinco níveis de risco social familiar, categorizados no Quadro 2.

Quadro 2: Risco social familiar de acordo com o IMCF

Risco	Descrição	Intervalo
Risco 0	Família sem risco	[0;0,01)
Risco 1	Pequena Vulnerabilidade Social	[0,01; 0,1)
Risco 2	Baixa Vulnerabilidade Social	[0,1; 0,3)
Risco 3	Média Vulnerabilidade Social	[0,3; 0,5)
Risco 4	Alta Vulnerabilidade Social	[0,5; 0,7)
Risco 5	Complexa Vulnerabilidade Social	[0,7; 1]

Fonte: IPM / PNUD / Sistema ONU.

<sup>13</sup> Os componentes da dimensão faltante são: 1. Conexão social, 2. Solidão, 3. Violência, 4. Empoderamento, 5. Presidiário na família, 6. Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, 7. Falta de qualificação profissional, 8. Trabalho insalubre, 9. Dependência química, 10. Qualidade no trabalho, 11. Segurança física, 12. Bem-estar psicológico.



Finalmente, tem-se que o Índice Multidimensional de Carência das Famílias Goianas de determinado município consiste na média aritmética simples dos valores do IMCF dos domicílios daquela localidade, podendo também assumir valores entre zero e um. Mais especificamente, quanto mais elevada for a referida média, mais atenção deve ser dada a aquele município, pois tende a haver uma maior concentração de domicílios com maiores níveis de risco social nele.

#### 4. Resultados do Índice Multidimensional de Carência das Famílias

O público alvo deste estudo são os inscritos no Cadastro Único de dezembro de 2018 em Goiás. Nessa base de dados constam 775.448 famílias cadastradas, totalizando 2.057.100 pessoas. Não foram contabilizados os dados desatualizados há mais de 48 meses<sup>14</sup>, por não mais refletirem a realidade.

O IMCF foi calculado para cada domicílio cadastrado no CadÚnico utilizando os indicadores e seus respectivos pesos conforme foram descritos no Quadro 1. Além disso, como também já foi explicado, o valor do índice associado a cada município será a média do IMCF dos domicílios que estão contidos em seu território. Assim, a média de todos os domicílios de Goiás foi de 0,167 em dezembro de 2018 (Tabela 1). Considerando que o valor máximo é um, o estado como todo assume um valor baixo.

A Tabela 1 apresenta a média do IMCF para todos os domicílios de Goiás e dez de suas cidades, bem como o maior valor do índice encontrado dentro do estado e de cada cidade. As dez cidades escolhidas apresentam os maiores valores para o IMCF, por isso foram consideradas prioritárias pelo Gabinete de Políticas Sociais.

Tabela 1: Resultados do IMCF – Dez./2018

Município	IMCF	
	Média	Max
<b>Estado de Goiás</b>	<b>0,167</b>	<b>0,889</b>
Amaralina	0,259	0,778
Campinaçu	0,233	0,722
Cavalcante	0,300	0,889
Colinas do Sul	0,268	0,889
Heitorai	0,230	0,722
Matrinchã	0,230	0,667
Monte Alegre de Goiás	0,254	0,778
Montividiu do Norte	0,243	0,806
Santa Terezinha de Goiás	0,235	0,861
Teresina de Goiás	0,259	0,889

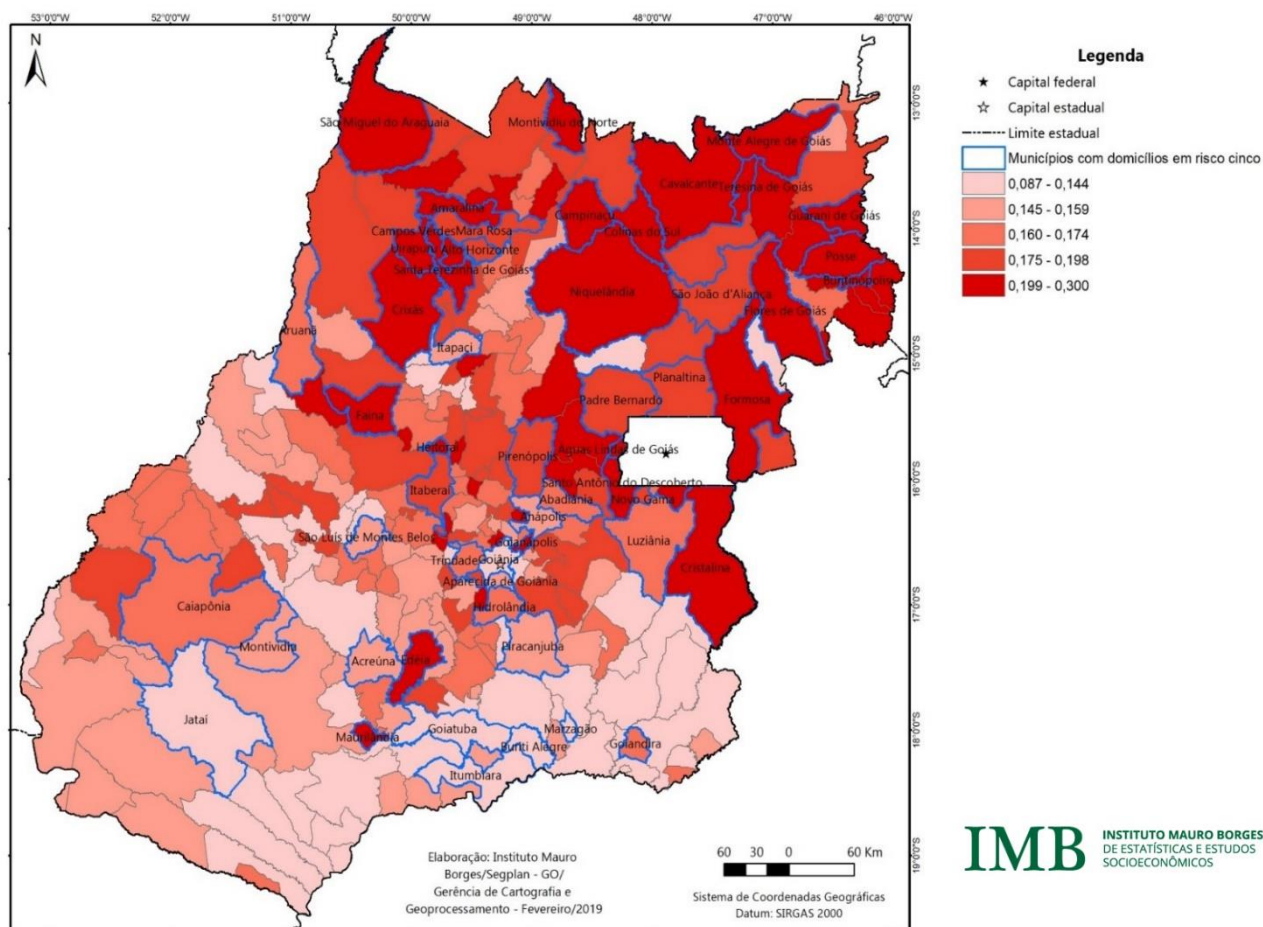
Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

Outra constatação importante é que o IMCF não é uniforme em todo território, como pode ser visto no Mapa 1, de modo que os domicílios mais carentes estão localizados nas porções Norte e Nordeste do estado. Ainda, é possível encontrar domicílios em risco 5 por todo território goiano, conforme se observa nos municípios com contorno azul no Mapa 1. Deste modo, destaca-se que alguns municípios mesmo apresentando média baixa para o índice possuem domicílios em risco 5. Por exemplo, o município de Goiânia possui IMCF igual a 0,1364, conquanto dispõe de três domicílios em risco 5 (Tabela 7).

<sup>14</sup> Ver: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa\\_familia/instrucoes\\_operacionais/2017/Instrucao\\_Operacional\\_86\\_2017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2017/Instrucao_Operacional_86_2017.pdf)

Mapa 1: Espacialização do IMCF nos municípios goianos – Dez./2018



A Tabela 2 reporta a quantidade de domicílios com pelo menos uma privação por dimensão. Dos cadastrados no CadÚnico em Goiás, a maior parte dos domicílios sofre com algum tipo de privação na dimensão renda. São 450.155 domicílios nessa condição, que representa 58,1% dos cadastrados. Ao passo que, a situação é mais agravante nas cidades prioritárias, dado que todas apresentam percentuais acima de 65% de domicílios com alguma privação nessa dimensão. Ademais, na cidade de Colinas do Sul a situação apresenta-se ainda mais crítica, com 78% dos domicílios possuindo pelo menos uma privação nessa dimensão.

Além disso, nota-se que 17,1% dos domicílios goianos cadastrados são atingidos por pelo menos uma privação na dimensão educação. Em Cavalcante encontra-se a situação mais delicada para essa dimensão, com 36,1% dos domicílios cadastrados com alguma privação.

Tabela 2: Quantidade de domicílios com pelo menos uma privação por dimensão – Dez./2018

Município	Educação		Moradia		Renda	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
<b>Estado de Goiás</b>	<b>132.307</b>	<b>17,1</b>	<b>126.216</b>	<b>16,3</b>	<b>450.155</b>	<b>58,1</b>
Amaralina	109	11,8	545	59,1	640	69,4
Campinaçu	214	26,8	497	62,3	552	69,2
Cavalcante	686	36,1	1.103	58,0	1.293	68,0
Colinas do Sul	154	19,0	328	40,5	631	78,0
Heitoraí	200	20,0	516	51,6	655	65,5
Matrinchã	198	18,3	288	26,6	799	73,8
Monte Alegre de Goiás	480	23,8	973	48,2	1.346	66,7
Montividiu do Norte	221	15,4	967	67,3	964	67,1
Santa Terezinha de Goiás	272	11,1	567	23,2	1.775	72,6
Teresina de Goiás	199	22,5	457	51,7	613	69,3

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

Ainda, para a dimensão moradia tem-se que 16,3% dos domicílios cadastrados são atingidos com alguma privação. Contudo, nota-se que as condições das moradias em Goiás não são homogêneas, visto que os percentuais nessa dimensão das cidades prioritárias são bastante superiores se comparadas com a média obtida para o estado. Nesse caso, merece destaque Montividiu do Norte, que apresenta 67,3% dos domicílios com alguma privação nessa dimensão.

Com interesse de entender as particularidades de cada município e por quais privações cada população é afetada, realiza-se uma análise por indicador de cada dimensão.

No caso, conforme a Tabela 3, observa-se que 7,4% dos domicílios do cadastro são afetados com a falta de coleta de lixo, o que totaliza 57.043 domicílios com esta privação. Entretanto, os municípios prioritários possuem porcentagens significativamente maiores que a média do estado. Em Cavalcante menos da metade dos domicílios possui coleta de lixo, assim como Amaralina, que chega a 53,6% a quantidade de domicílios que não possuem coleta de lixo.

Destaca-se ainda na Tabela 3 a alta proporção de casas improvisadas no município de Campinaçu, sendo 40% dos domicílios nessa condição. Contudo, o maior destaque negativo na dimensão moradia está na quantidade de indicadores altos do município de Cavalcante, com valores próximos de 40% para sem água canalizada, inexistência de sanitário, sem energia elétrica, sem revestimento do piso e sem destino do lixo.

O indicador Coabitação apresenta pequenas porcentagens na maioria dos municípios e conseqüentemente no estado. Heitoraí é o único município que apresenta uma quantidade de domicílios nessa condição um pouco mais alta, com 17,4%.

Tabela 3: Domicílios com privações por indicadores da dimensão moradia – Dez./2018

Município	Espécie do domicílio		Coabitação (domicílio coletivo)		Sem água canalizada		Inexistência de sanitário		Sem energia elétrica		Sem revestimento do piso		Sem destino do lixo	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
<b>Estado de Goiás</b>	<b>38.218</b>	<b>4,9</b>	<b>5.613</b>	<b>0,7</b>	<b>25.854</b>	<b>3,3</b>	<b>9.557</b>	<b>1,2</b>	<b>13.780</b>	<b>1,8</b>	<b>13.678</b>	<b>1,8</b>	<b>57.043</b>	<b>7,4</b>
Amaralina	45	4,9	0	-	257	27,9	254	27,5	238	25,8	201	21,8	494	53,6
Campinaçu	319	40,0	0	-	57	7,1	23	2,9	22	2,8	37	4,6	145	18,2
Cavalcante	1	0,1	0	-	728	38,3	754	39,6	839	44,1	733	38,5	976	51,3
Colinas do Sul	0	-	0	-	167	20,6	152	18,8	144	17,8	168	20,8	295	36,5
Heitoraí	160	16,0	174	17,4	15	1,5	0	-	10	1,0	6	0,6	167	16,7
Matrinchã	133	12,3	0	-	13	1,2	3	0,3	8	0,7	10	0,9	139	12,8
Monte Alegre de Goiás	54	2,7	1	0,0	376	18,6	481	23,8	337	16,7	498	24,7	787	39,0
Montividiu do Norte	274	19,1	0	-	136	9,5	97	6,8	67	4,7	37	2,6	666	46,3
Santa Terezinha de Goiás	13	0,5	8	0,3	137	5,6	91	3,7	92	3,8	99	4,0	442	18,1
Teresina de Goiás	13	1,5	56	6,3	164	18,6	192	21,7	130	14,7	145	16,4	348	39,4

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

De acordo com a Tabela 4, verifica-se que 2,6% dos domicílios cadastrados no CadÚnico em Goiás possuem crianças fora da escola. Esse percentual nos municípios prioritários, em sua maioria, está próximo do valor estadual, com ressalva para Heitoráí, que conta com 4,4% de domicílios com crianças fora da escola.

Tabela 4: Domicílios por indicador da dimensão educação – Dez./2018

Municípios	Não frequenta a escola		Analfabetismo	
	Domicílios		Domicílios	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Estado de Goiás</b>	<b>20.073</b>	<b>2,6</b>	<b>114.193</b>	<b>14,7</b>
Amaralina	9	1,0	100	10,8
Campinaçu	13	1,6	203	25,4
Cavalcante	50	2,6	648	34,1
Colinas do Sul	21	2,6	136	16,8
Heitoráí	44	4,4	160	16,0
Matrinchã	15	1,4	184	17,0
Monte Alegre de Goiás	42	2,1	446	22,1
Montividiu do Norte	26	1,8	197	13,7
Santa Terezinha de Goiás	44	1,8	231	9,4
Teresina de Goiás	22	2,5	184	20,8

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

Já os adultos analfabetos estão presentes em 14,7% dos domicílios cadastrados em todo o estado. Cavalcante e Campinaçu apresentam os quadros mais preocupantes com 34,1% e 25,4% de seus domicílios afetados, respectivamente.

Por meio da Tabela 5, constata-se que 333.434 domicílios cadastrados no CadÚnico (ou 43% do total) apresentam pessoas que sobrevivem de renda informal. Adicionalmente, nota-se uma grande quantidade de domicílios que recebem recurso do Programa Bolsa Família (295.703). Além disso, ressalta-se que para os municípios prioritários os percentuais de domicílios afetados por esses dois indicadores é ainda maior. Por exemplo, em Santa Terezinha de Goiás 60,8% dos domicílios buscam recursos no mercado informal e 62,9% recebem recursos do Programa Bolsa Família.

Tabela 5: Domicílios por indicador da dimensão renda – Dez./2018

Municípios	Renda informal		PBF	
	Domicílios		Domicílios	
	Qtd.	%	Qtd.	%
<b>Estado de Goiás</b>	<b>333.434</b>	<b>43,0</b>	<b>295.703</b>	<b>38,1</b>
Amaralina	519	56,3	456	49,5
Campinaçu	369	46,2	422	52,9
Cavalcante	1.136	59,7	726	38,2
Colinas do Sul	494	61,1	455	56,2
Heitoráí	571	57,1	497	49,7
Matrinchã	690	63,7	582	53,7
Monte Alegre de Goiás	979	48,5	1.107	54,9
Montividiu do Norte	826	57,5	797	55,5
Santa Terezinha de Goiás	1.488	60,8	1.539	62,9
Teresina de Goiás	420	47,5	534	60,4

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.



A Tabela 6 classifica os domicílios inscritos no CadÚnico em Goiás por risco social. Diante disso, verifica-se que a maioria dos domicílios foi classificada com baixa vulnerabilidade social (risco 2). Porém, deve-se demandar atenção nos 129 domicílios, que abrange 624 pessoas (Tabela 7), indicados com complexa vulnerabilidade social (risco 5)<sup>15</sup>. Também, destaca-se que há 218.757 são famílias sem risco (de acordo com os indicadores definidos).

Tabela 6: Quantidade de domicílios por risco social – Dez./2018

Municípios	Risco 0	Risco 1	Risco 2	Risco 3	Risco 4	Risco 5
<b>Estado de Goiás</b>	<b>218.757</b>	<b>27.037</b>	<b>332.791</b>	<b>188.862</b>	<b>7.872</b>	<b>129</b>
Amaralina	132	60	318	278	132	2
Campinaçu	71	80	357	277	12	1
Cavalcante	192	52	646	751	244	17
Colinas do Sul	65	19	326	349	47	3
Heitorai	151	85	321	427	15	1
Matrinchã	141	34	422	477	9	-
Monte Alegre de Goiás	261	115	717	782	138	4
Montividiu do Norte	143	211	382	658	38	5
Santa Terezinha de Goiás	465	77	624	1.225	54	1
Teresina de Goiás	113	52	311	332	72	4

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

Enquanto isso, nos municípios prioritários a maioria da população está classificada no risco 3, ou seja, apresentam média vulnerabilidade social, com exceção das cidades de Amaralina e Campinaçu, que possuem a maior parte da população classificada no risco 2.

Destaca-se, ainda, que Cavalcante apresenta o maior número de domicílios no risco 5, 17 ao todo, abrangendo 82 pessoas (Tabela 7). Verificou-se, também, que Matrinchã, mesmo sendo considerada prioritária, não possui qualquer domicílio com risco 5.

Desta forma, a Tabela 7 descreve a quantidade de domicílios por município e pessoas que enfrentam complexa vulnerabilidade social, ressaltando que apenas os municípios com mais de um domicílio nessa situação foram listados<sup>16</sup>. Em vista disso, destaca-se que alguns municípios mesmo não sendo classificados como prioritários possuem domicílios em risco 5. Um exemplo dessa situação é a cidade de Águas Lindas de Goiás, que possui 14 domicílios em risco 5.

<sup>15</sup> É importante salientar que o número relativamente pequeno de domicílios com risco 5 pode se dever, pelo menos em parte, pela não inclusão das dimensões faltantes.

<sup>16</sup> Os demais municípios, ou seja, aqueles que tiveram apenas 1 domicílio em risco 5 foram: Abadia de Goiás, Abadiânia, Acreúna, Alto Horizonte, Anápolis, Aruanã, Buritinópolis, Caiapônia, Campinaçu, Campos Verdes, Cristalina, Faina, Goianápolis, Goiandira, Heitorai, Hidrolândia, Itapaci, Itumbiara, Jataí, Mara Rosa, Marzagão, Maurilândia, Montividiu, Padre Bernardo, Piracanjuba, Pirenópolis, Posse, Santa Terezinha de Goiás, São João d'Aliança, São Luís de Montes Belos, Trindade e Uirapuru.

Tabela 7: Municípios com mais de um domicílio em risco 5 – Dez./2018

Município	Pessoas	Domicílios
<b>Estado de Goiás</b>	<b>624</b>	<b>129</b>
Cavalcante	82	17
Águas Lindas de Goiás	57	14
Formosa	38	8
Montividiu do Norte	18	5
Monte Alegre de Goiás	23	4
Niquelândia	17	4
Planaltina	22	4
Teresina de Goiás	23	4
Crixás	15	3
São Miguel do Araguaia	19	3
Buriti Alegre	15	3
Luziânia	19	3
Colinas do Sul	14	3
Goiânia	12	3
Goiatuba	16	3
Amaralina	8	2
Santo Antônio do Descoberto	5	2
Itaberaí	10	2
Edéia	4	2
Flores de Goiás	8	2
Aparecida de Goiânia	14	2
Novo Gama	16	2
Guarani de Goiás	12	2

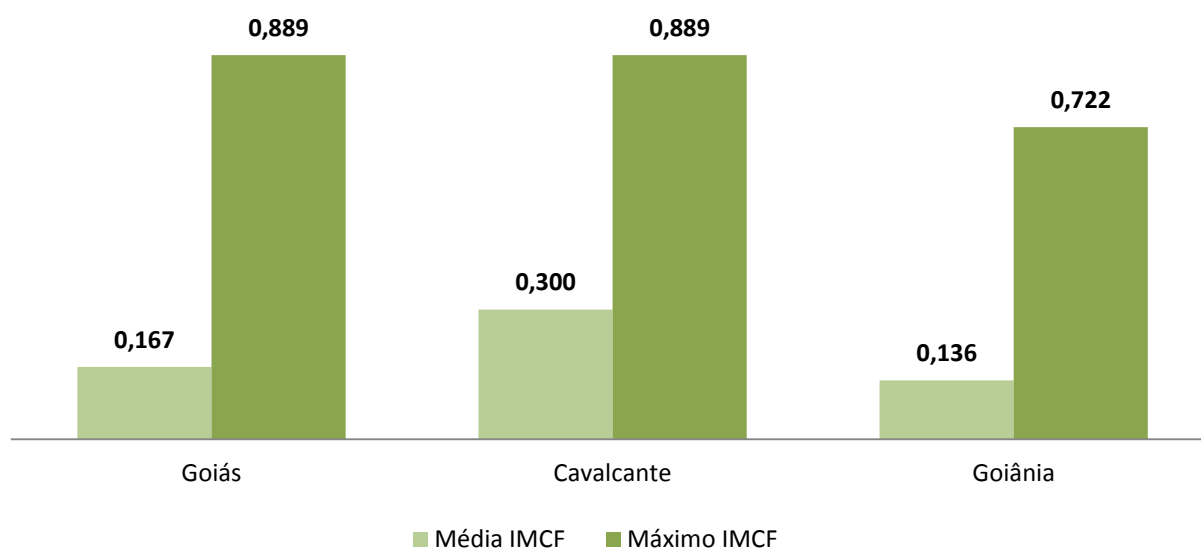
Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

Adiante, segue-se com uma análise mais detalhada de Goiás, Cavalcante e Goiânia. A escolha de Cavalcante ocorre por ser a cidade com o maior IMCF. O município de Goiânia além de ser a capital e maior cidade do estado, possui domicílios em risco 5 ainda que apresente um valor baixo para o IMCF. Ademais, Goiás foi considerado por representar o índice médio do estado.

Na Figura 1 vê-se, portanto, que Goiânia obteve um IMCF menor que o valor associado ao estado. No entanto, ressalta-se que possui domicílios com índice alto chegando a 0,722, cerca de 5 vezes o valor do índice do município (0,136), ou ainda, mais de 4 vezes o índice o estado. Já Cavalcante possui índice quase duas vezes maior que o índice de Goiás, além de possuir o domicílio com o maior índice do estado, com valor de 0,889, o que significa um índice quase 3 vezes o do valor do município.

**Figura 1: Resultados do IMCF de Goiás, Cavalcante e Goiânia**

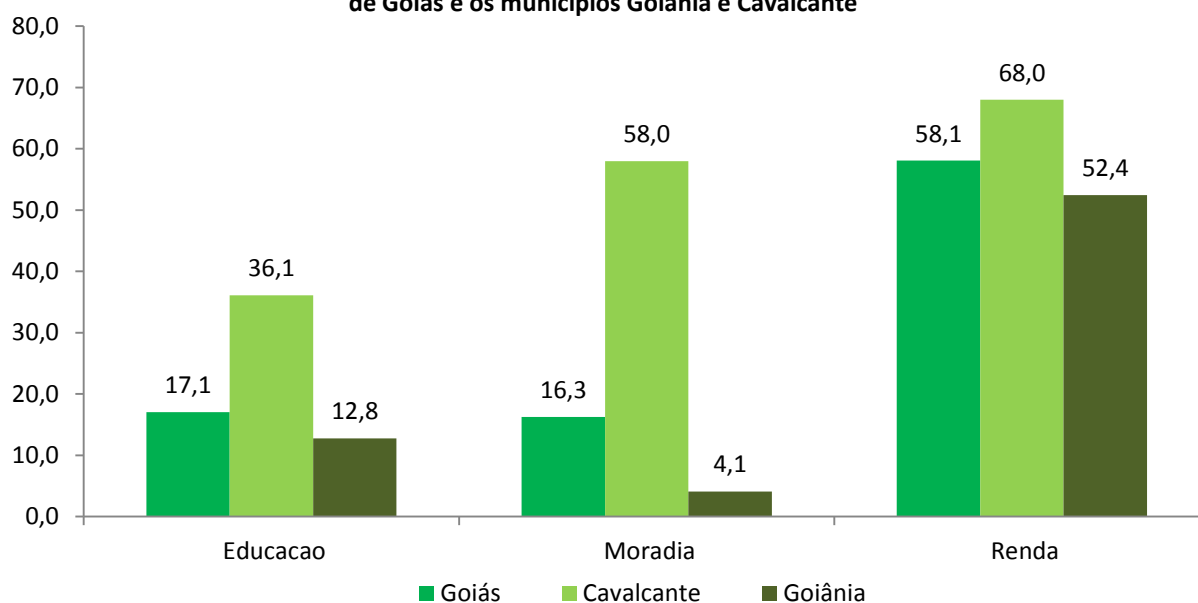


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

Ao concentrar nas dimensões do IMCF, observa-se na Figura 2 que entre os domicílios no CadÚnico, em Cavalcante, 58% possuem privações em Moradia, com um valor muito acima da média do estado e 14 vezes maior que proporção encontrada em Goiânia (4,1%). Na dimensão Educação a diferença entre Cavalcante e a média de Goiás não é tão discrepante como na dimensão Moradia, mas ainda continua sendo grande a diferença, dado que Cavalcante possui uma proporção de domicílios afetados cerca de duas vezes maior que a média.

**Figura 2: Percentual de domicílios com pelo menos uma privação por dimensão do estado de Goiás e os municípios Goiânia e Cavalcante**

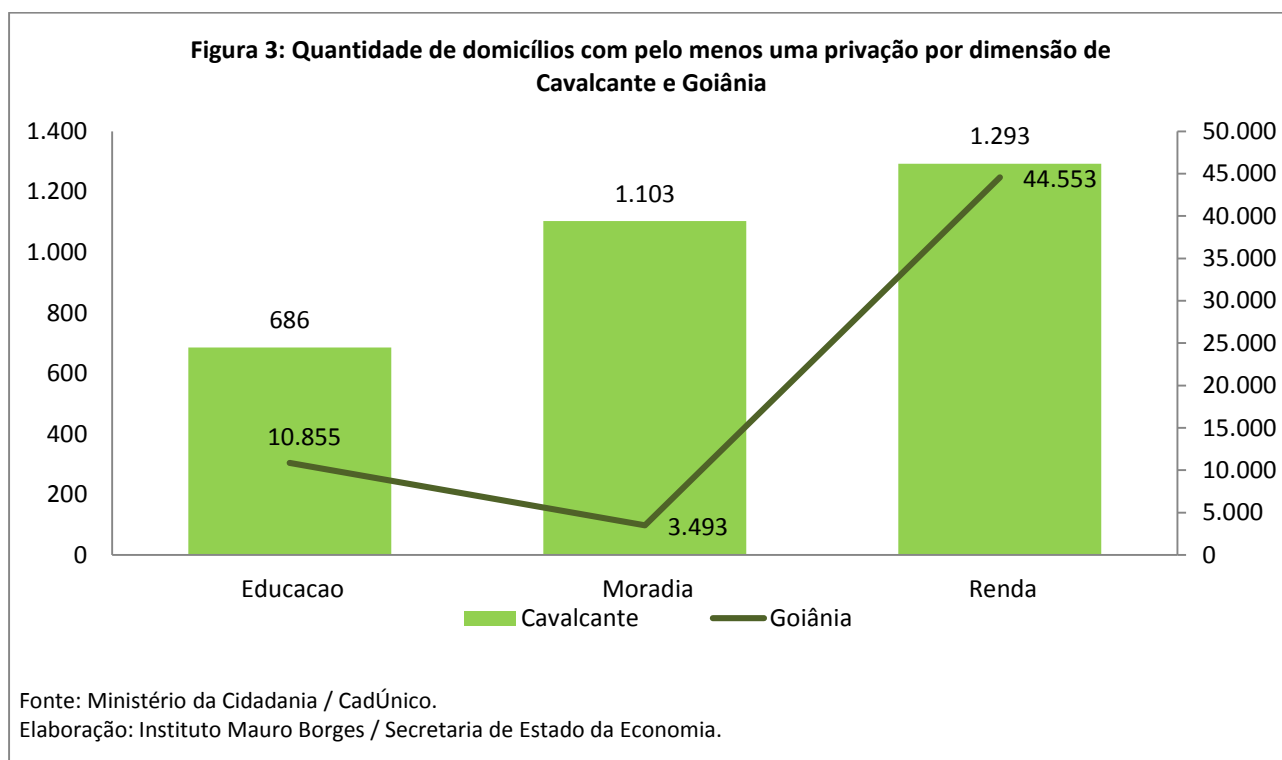


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

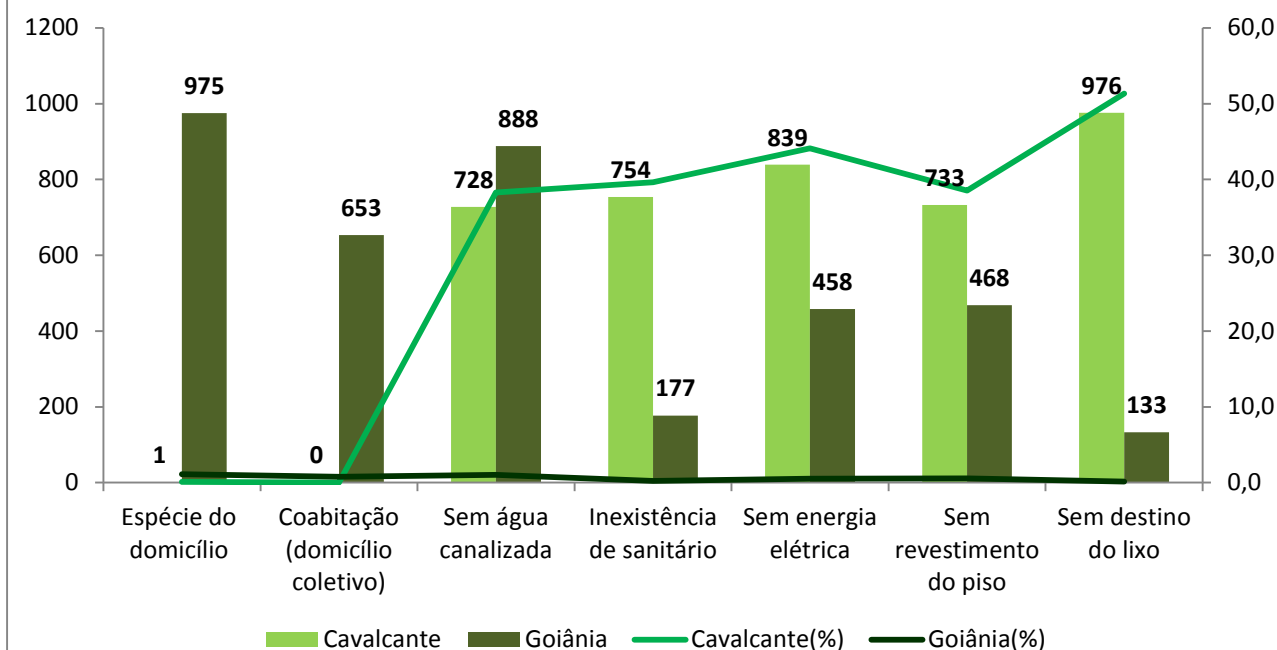
Ainda na Figura 2 nota-se que a dimensão renda apresenta os maiores valores em geral, muito por conta disso, Cavalcante não se destaca muito, com porcentagens pouco superiores até mesmo de Goiânia.

A Figura 3 aponta que a quantidade de domicílios em valor absoluto com alguma privação é muito maior na cidade de Goiânia em relação a Cavalcante, o que já era esperado, visto que a população é cerca de 150 vezes maior. Entretanto, o que mais impressiona na Figura 3 é a dimensão Moradia, uma vez que Cavalcante possui 1.103 domicílios com alguma carência nesta dimensão, número apenas 3 vezes menor que Goiânia com 3.493 domicílios.



Diante disso, a Figura 4 apresenta a quantidade e o percentual de domicílios por indicador da dimensão moradia de Cavalcante e Goiânia. Deste modo, verifica-se que para alguns indicadores Cavalcante possui mais domicílios com privação que Goiânia, ainda que seja uma cidade muito menor. Por exemplo, o número de domicílios que não possuem destino para o lixo em Cavalcante é 7 vezes maior que em Goiânia. Outro indicador com grande discrepância trata-se do número de domicílios sem sanitário, cujo valor é 4 vezes maior em Cavalcante. Quando se direciona a análise para os valores percentuais, nota-se que menos de 10% dos domicílios cadastrados no CadÚnico em Goiânia possuem privações nos indicadores da dimensão moradia. Já em Cavalcante os percentuais de domicílios afetados ficam próximos de 40% para maioria dos indicadores.

**Figura 4: Quantidade e percentual de domicílios por indicador da dimensão moradia de Cavalcante e Goiânia**



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

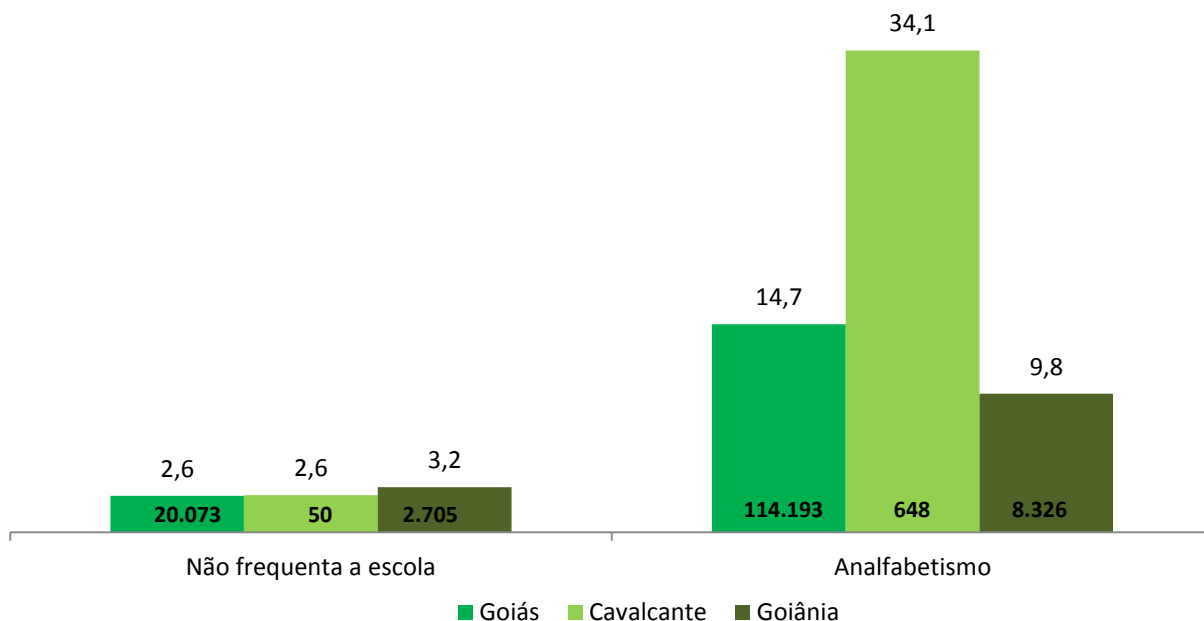
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

Ao concentrar na dimensão educação, por meio da Figura 5, constata-se que o percentual de domicílios com crianças que não frequenta a escola em Cavalcante é igual à média do estado. Ao passo que Goiânia apresenta um percentual um pouco maior que ambos. Contudo, quando se analisa o percentual de domicílios com algum adulto analfabeto, esse percentual é duas vezes maior em Cavalcante que no estado e três vezes maior que na cidade de Goiânia.

Como pode ser visto na Figura 6, a dimensão renda apresenta discrepâncias menores que as demais entre os três pontos de referências, Goiás, Cavalcante e Goiânia, principalmente, quando se considera o percentual de domicílios que recebem bolsa família. Todavia, em relação ao percentual de domicílios que sobrevivem de renda informal, Cavalcante está 16 p.p. (pontos percentuais) acima da média do estado e 20 p.p. acima de Goiânia.



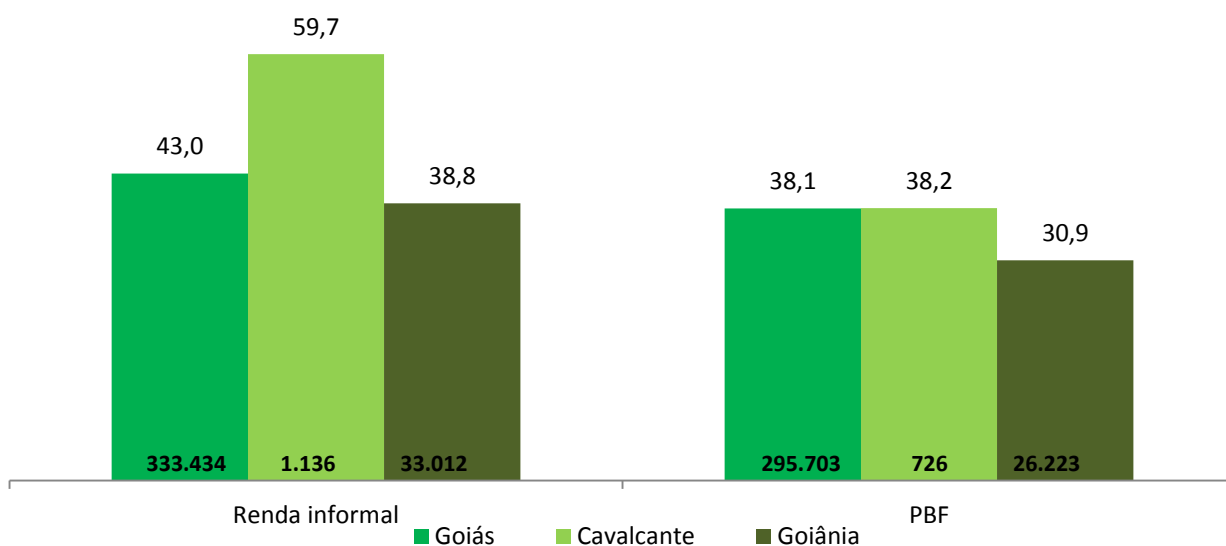
**Figura 5: Quantidade e percentual de domicílios por indicador da dimensão educação para estado de Goiás, Cavalcante e Goiânia**



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

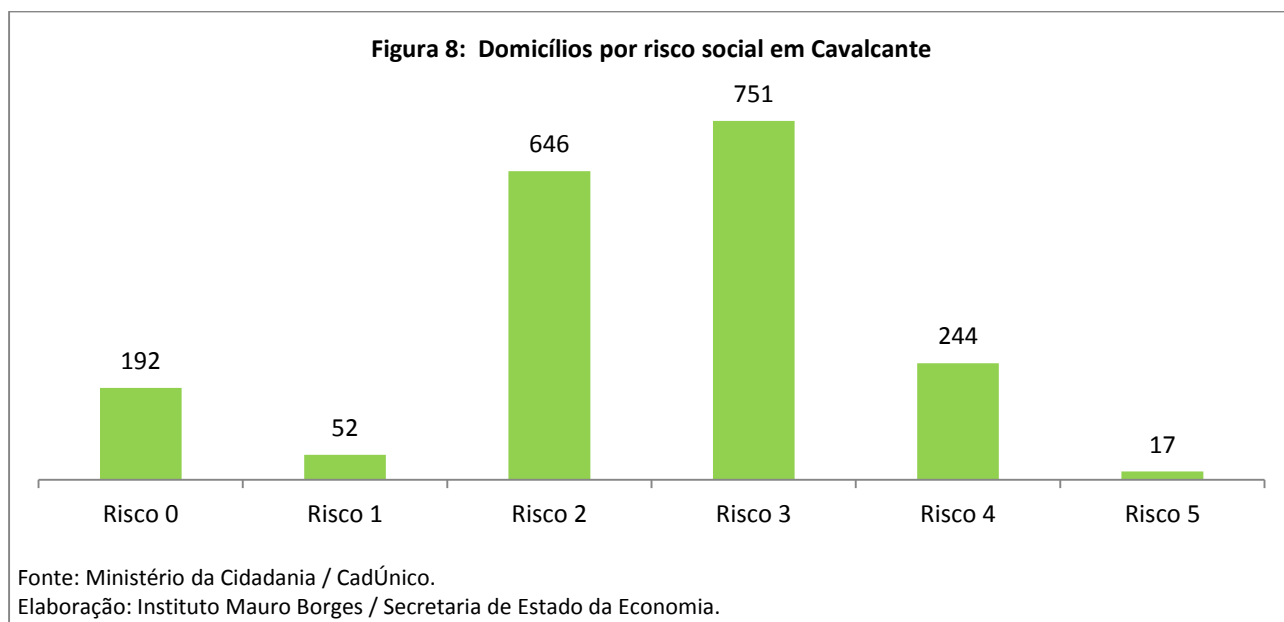
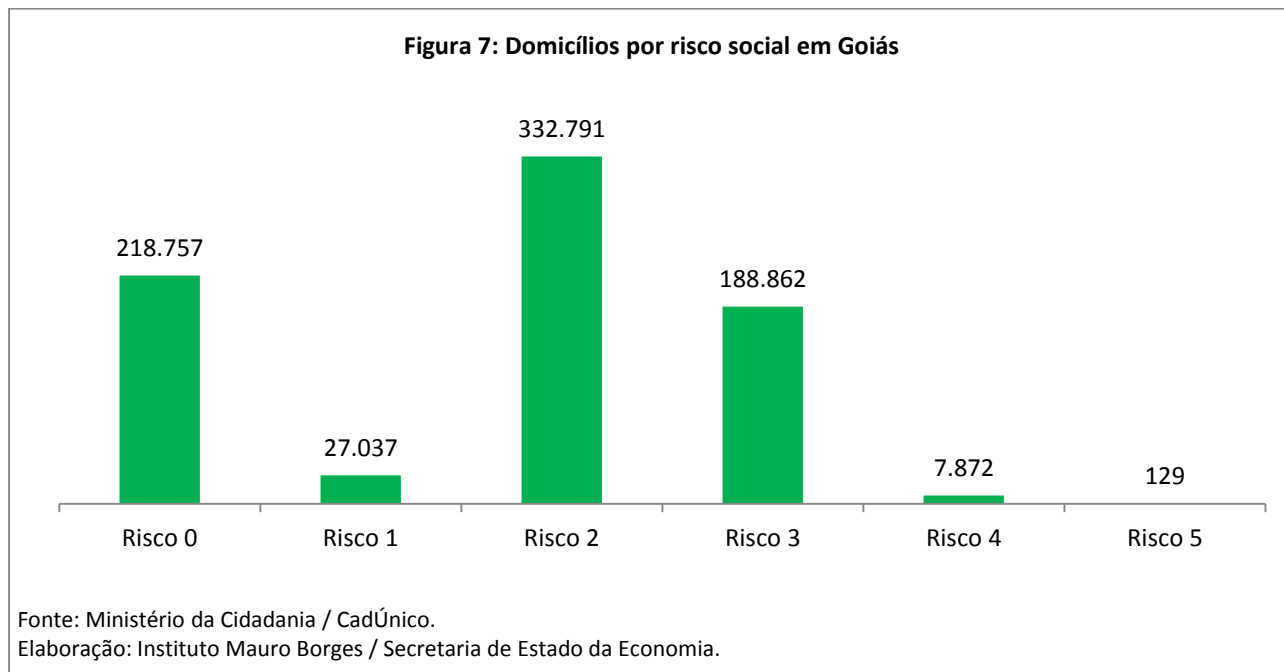
**Figura 6: Quantidade e percentual de domicílios por indicador da dimensão renda do estado de Goiás, Cavalcante e Goiânia.**

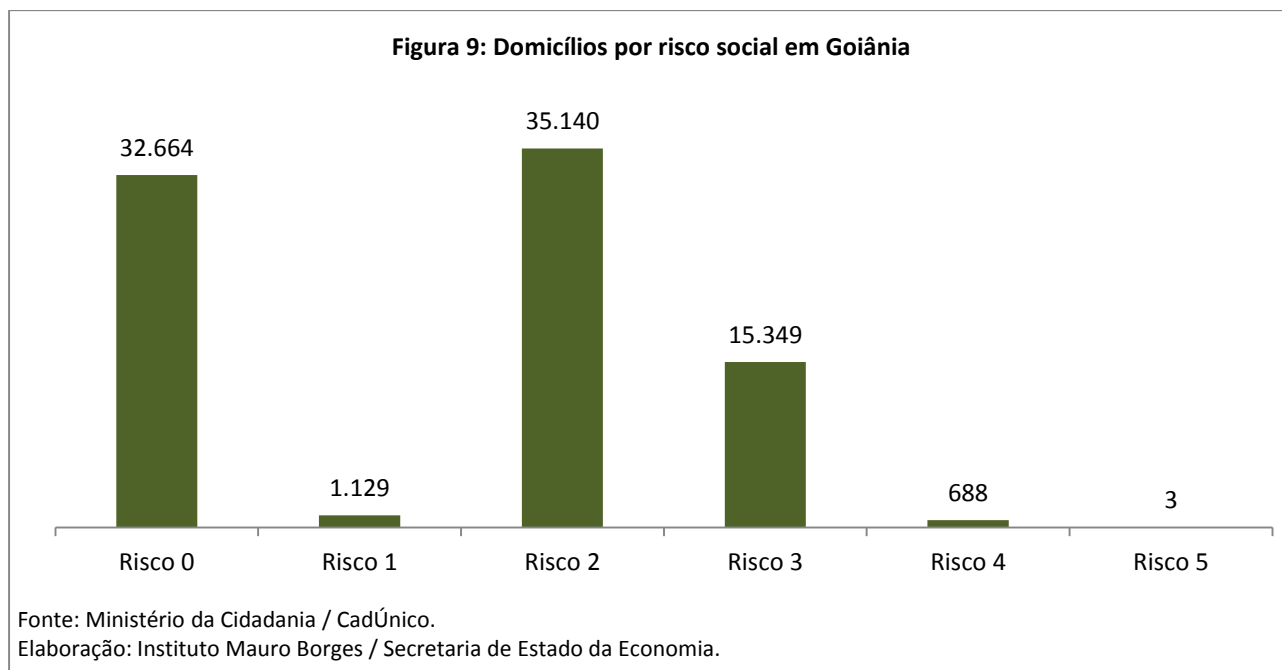


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

Por fim, as figuras de 7 a 9 ilustram a quantidade de domicílios por risco social no estado de Goiás, Cavalcante e Goiânia. Observa-se que distribuição por risco social no estado e Goiânia ocorre de maneira semelhante, com a maioria dos domicílios classificadas no risco 5, além de possuírem muitos domicílios fora de risco. Enquanto, a maior parte dos domicílios de Cavalcante está classificada nos riscos 3 e 2.





## 5. Considerações finais

Como base nos dados e informações apresentados é possível ter uma ideia do potencial de utilização, do ponto de vista técnico, do IMCF nas políticas públicas tanto do Governo do Estado de Goiás, como também dos municípios e do Governo Federal. Mais especificamente, dada a versatilidade, o detalhamento e a abrangência do CadÚnico, domicílios podem ser selecionados objetivamente de acordo com suas carências específicas e, então, iniciativas customizadas podem ser adotadas para lidar exatamente com os problemas mais relevantes para essas famílias evitando-se, portanto, alternativas genéricas e pouco focadas, que potencialmente são menos efetivas.

Nesse contexto, é importante ressaltar que os resultados do IMCF podem ser utilizados tanto para direcionar ações para lidar com as carências considerando tanto os domicílios como os municípios. Em outras palavras, as estratégias de atuação podem ser direcionadas aos domicílios, de acordo com o seu nível de risco social, e/ou aos municípios de acordo com a média dos índices de seus domicílios. Em ambos os casos, metas de atuação e de resultados podem ser propostas e acompanhadas pelo Gabinete de Políticas Sociais.

Os aspectos levantados pelo referido índice, também, possibilitam o planejamento e a ação integrada das diversas partes interessadas, visando magnificar os efeitos intersetoriais e transversais das políticas públicas. Com isso, tanto as secretarias e órgãos do Governo do Estado envolvidos nas áreas contempladas pelo IMCF podem trabalhar juntos sob a coordenação do Gabinete de Políticas Sociais para maximizar os resultados das iniciativas e estratégias de atuação delineadas, assim como podem ser incluídas as prefeituras, o Governo Federal e demais parceiros nesse processo. Desse modo, cada *stakeholder* pode contribuir com suas expertises e com os seus recursos materiais e humanos para o sucesso das iniciativas adotadas, integrando suas ações específicas a um conjunto de ações coordenadas, o que eleva o potencial de transformar positivamente a realidade das famílias mais carentes de Goiás.

Adicionalmente, ressalta-se que iniciativas customizadas, mais focadas e integradas podem ensejar a melhor utilização dos recursos públicos disponíveis, o que é fundamental especialmente em períodos de forte restrição fiscal, como o atual. Em específico, com a colaboração de diversos parceiros, com seus respectivos recursos, e também com o melhor direcionamento das ações, torna-se possível alcançar uma melhor relação entre efetividade e custo das políticas contempladas.

Com a maior integração torna-se, também, possível difundir de modo mais eficiente melhores práticas. Assim, as soluções para as problemáticas específicas podem ser pensadas de forma a otimizar as expertises e a capacidade técnica e financeira de cada parceiro, com maior capacidade de gerar resultados relevantes dada a realidade de cada local.

Como os dados do CadÚnico são atualizados mensalmente (embora não para a totalidade dos domicílios), então, o IMCF pode ser utilizado para o monitoramento das condições dos domicílios goianos, observando como se dá a transição dos mesmos dentre os diferentes níveis de risco social ao longo do tempo. Além disto, um acompanhamento mais específico pode ser feito nos domicílios e, também, nos municípios prioritários que estão sendo alvos de visitas técnicas feitas por representantes do GPS e das políticas públicas adotadas, verificando-se o atingimento (ou não) de metas pré-estabelecidas tanto no que se refere à execução de ações planejadas como aos resultados pretendidos.

Finalmente, o IMCF e seus componentes podem ser utilizados no processo de avaliação das políticas públicas, procurando-se identificar um efeito causal entre as iniciativas adotadas pelo Governo do Estado e seus parceiros e os potenciais avanços identificados. Essa é uma função essencial para a contínua estratégia de reformulação e aprimoramento das políticas públicas, procurando racionalizar cada vez mais a alocação de recursos e magnificar os impactos das mesmas.

# ANEXO



**IMCF dos municípios Goianos – Dez./2018**

Município	IMCF	Município	IMCF
Abadia de Goiás	0,197	Cachoeira Dourada	0,156
Abadiânia	0,166	Caçu	0,119
Acreúna	0,158	Caiapônia	0,169
Adelândia	0,168	Caldas Novas	0,123
Água Fria de Goiás	0,183	Caldazinha	0,152
Água Limpa	0,154	Campestre de Goiás	0,194
Águas Lindas de Goiás	0,226	Campinaçu	0,233
Alexânia	0,198	Campinorte	0,195
Aloândia	0,147	Campo Alegre de Goiás	0,144
Alto Horizonte	0,180	Campo Limpo de Goiás	0,216
Alto Paraíso de Goiás	0,180	Campos Belos	0,171
Alvorada do Norte	0,164	Campos Verdes	0,219
Amaralina	0,259	Carmo do Rio Verde	0,159
Americano do Brasil	0,180	Castelândia	0,142
Amorinópolis	0,171	Catalão	0,131
Anápolis	0,144	Caturaí	0,185
Ananguera	0,087	Cavalcante	0,300
Anicuns	0,161	Ceres	0,135
Aparecida de Goiânia	0,146	Cezarina	0,158
Aparecida do Rio Doce	0,154	Chapadão do Céu	0,154
Aporé	0,152	Cidade Ocidental	0,200
Araçu	0,201	Cocalzinho de Goiás	0,214
Aragarças	0,174	Colinas do Sul	0,268
Aragoiânia	0,199	Córrego do Ouro	0,142
Araguapaz	0,195	Corumbá de Goiás	0,199
Arenópolis	0,166	Corumbaíba	0,126
Aruanã	0,174	Cristalina	0,207
Aurilândia	0,165	Cristianópolis	0,152
Avelinópolis	0,212	Crixás	0,203
Baliza	0,171	Cromínia	0,170
Barro Alto	0,158	Cumari	0,117
Bela Vista de Goiás	0,176	Damianópolis	0,222
Bom Jardim de Goiás	0,168	Damolândia	0,187
Bom Jesus de Goiás	0,139	Davinópolis	0,150
Bonfinópolis	0,159	Diorama	0,181
Bonópolis	0,209	Divinópolis de Goiás	0,149
Brazabrantes	0,169	Doverlândia	0,185
Britânia	0,122	Edealina	0,157
Buriti Alegre	0,132	Edéia	0,202
Buriti de Goiás	0,136	Estrela do Norte	0,166
Buritinópolis	0,208	Faina	0,220
Cabeceiras	0,178	Fazenda Nova	0,193
Cachoeira Alta	0,139	Firminópolis	0,174
Cachoeira de Goiás	0,158	Flores de Goiás	0,222

Município	IMCF	Município	IMCF
Formosa	0,222	Leopoldo de Bulhões	0,197
Formoso	0,206	Luziânia	0,173
Gameleira de Goiás	0,159	Mairipotaba	0,171
Goianápolis	0,208	Mambaí	0,201
Goiandira	0,160	Mara Rosa	0,189
Goianésia	0,160	Marzagão	0,131
Goiânia	0,136	Matrinchã	0,230
Goianira	0,174	Maurilândia	0,198
Goiás	0,175	Mimoso de Goiás	0,134
Goiatuba	0,143	Minaçu	0,187
Gouvelândia	0,152	Mineiros	0,145
Guapó	0,156	Moiporá	0,192
Guaraíta	0,200	Monte Alegre de Goiás	0,254
Guarani de Goiás	0,200	Montes Claros de Goiás	0,142
Guarinos	0,190	Montividiu	0,155
Heitoraí	0,230	Montividiu do Norte	0,243
Hidrolândia	0,171	Morrinhos	0,143
Hidrolina	0,158	Morro Agudo de Goiás	0,167
Iaciara	0,222	Mossâmedes	0,160
Inaciolândia	0,152	Mozarlândia	0,159
Indiara	0,154	Mundo Novo	0,178
Inhumas	0,149	Mutunópolis	0,223
Ipameri	0,142	Nazário	0,147
Ipiranga de Goiás	0,185	Nerópolis	0,156
Iporá	0,143	Niquelândia	0,207
Israelândia	0,143	Nova América	0,128
Itaberaí	0,188	Nova Aurora	0,133
Itaguari	0,171	Nova Crixás	0,181
Itaguaru	0,205	Nova Glória	0,199
Itajá	0,106	Nova Iguaçu de Goiás	0,174
Itapaci	0,149	Nova Roma	0,214
Itapirapuã	0,174	Nova Veneza	0,146
Itapuranga	0,166	Novo Brasil	0,146
Itarumã	0,133	Novo Gama	0,183
Itauçu	0,165	Novo Planalto	0,178
Itumbiara	0,119	Orizona	0,143
Ivolândia	0,125	Ouro Verde de Goiás	0,176
Jandaia	0,149	Ouvidor	0,142
Jaraguá	0,196	Padre Bernardo	0,186
Jataí	0,134	Palestina de Goiás	0,177
Jaupaci	0,192	Palmeiras de Goiás	0,146
Jesúpolis	0,178	Palmelo	0,109
Joviânia	0,137	Palminópolis	0,162
Jussara	0,150	Panamá	0,154
Lagoa Santa	0,169	Paranaiguara	0,129

Município	IMCF	Município	IMCF
Paraúna	0,140	Santo Antônio do Descoberto	0,198
Perolândia	0,158	São Domingos	0,186
Petrolina de Goiás	0,160	São Francisco de Goiás	0,182
Pilar de Goiás	0,193	São João da Paraúna	0,165
Piracanjuba	0,158	São João d'Aliança	0,197
Piranhas	0,174	São Luís de Montes Belos	0,147
Pirenópolis	0,175	São Luíz do Norte	0,170
Pires do Rio	0,162	São Miguel do Araguaia	0,198
Planaltina	0,190	São Miguel do Passa Quatro	0,187
Pontalina	0,160	São Patrício	0,150
Porangatu	0,188	São Simão	0,140
Porteirão	0,150	Senador Canedo	0,140
Portelândia	0,164	Serranópolis	0,157
Posse	0,220	Silvânia	0,183
Professor Jamil	0,144	Simolândia	0,205
Quirinópolis	0,137	Sítio d'Abadia	0,221
Rialma	0,135	Taquaral de Goiás	0,165
Rianópolis	0,182	Teresina de Goiás	0,259
Rio Quente	0,140	Terezópolis de Goiás	0,174
Rio Verde	0,148	Três Ranchos	0,169
Rubiataba	0,127	Trindade	0,159
Sanclerlândia	0,126	Trombas	0,190
Santa Bárbara de Goiás	0,113	Turvânia	0,159
Santa Cruz de Goiás	0,146	Turvelândia	0,171
Santa Fé de Goiás	0,147	Uirapuru	0,224
Santa Helena de Goiás	0,144	Uruaçu	0,148
Santa Isabel	0,178	Uruana	0,186
Santa Rita do Araguaia	0,139	Urutaí	0,097
Santa Rita do Novo Destino	0,169	Valparaíso de Goiás	0,162
Santa Rosa de Goiás	0,200	Varjão	0,177
Santa Tereza de Goiás	0,164	Vianópolis	0,156
Santa Terezinha de Goiás	0,235	Vicentinópolis	0,188
Santo Antônio da Barra	0,157	Vila Boa	0,130
Santo Antônio de Goiás	0,201	Vila Propício	0,207

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia.

## **Equipe Técnica**

### **Autores**

Cláudio André Gondim Nogueira

Evelyn de Castro Cruvinel

Alex Felipe Rodrigues Lima

### **Supervisão**

Marcelo Reis Garcia

### **Colaboração**

Jalda Claudino

### **Cartogramas**

Rejane Moreira da Silva

### **Publicação na web**

Helber de Carvalho

### **Arte e capa**

Geovane Ferreira de Assunção

*É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.*

Setembro de 2019